

# HERMENÊUTICA LITERÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Janine Resende ROCHA\*

- **RESUMO:** Na contemporaneidade, o debate voltado para o sentido e o leitor grava os limites do sentido como um impasse incontornável, circunscrição que aponta necessariamente para a autonomia do leitor diante do texto literário. Na configuração desse debate pretendemos observar como o leitor conquistou um destaque teórico com a negativa ao princípio segundo o qual a interpretação seria capaz de veicular a expressão do autor ou a expressão literal do texto. Paralelamente, observaremos como a ausência de diretrizes fixas e de valores hegemônicos que caracteriza o cenário teórico contemporâneo dificulta a definição de limites para o desempenho do leitor.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Hermenêutica literária. Leitor. Contemporaneidade. Recepção crítica.

Na contemporaneidade, o debate voltado para o sentido e o leitor grava os limites do sentido como um impasse incontornável, circunscrição que aponta necessariamente para a autonomia do leitor diante do texto literário. Na configuração desse debate pretendemos observar como o sujeito interpretante – isto é, o leitor – conquistou um destaque teórico mediante a objeção ao “campo hermenêutico” (GUMRECHT, 1998, p.139), campo que pressupõe uma congruência entre a expressão do autor e o sentido atribuído ao texto pelo intérprete. Paralelamente, observaremos como a ausência de diretrizes fixas e de valores hegemônicos que caracteriza o cenário teórico contemporâneo dificulta a definição de limites para o desempenho do leitor. Sendo assim, conjecturamos que o enredamento do sentido torna-se ainda mais tortuoso com tal objeção.

A insustentabilidade da hegemonia estruturalista mostra a ruína de um saber unívoco ou dominante, através do qual poucos sistemas axiológicos e de referências ficariam consagrados. Junto com João Cezar de Castro Rocha (1998,

---

\* Mestre em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG. Professora substituta no CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Departamento de Linguagem e Tecnologia. Belo Horizonte – MG – Brasil. 30.421-169 – janine\_rocha@hotmail.com

Artigo recebido em 15 de outubro de 2010 e aprovado em dezembro de 2010.

p.9) no texto “A materialidade da teoria”, vemos que essa ruína resulta no seguinte quadro:

A característica mais saliente da teoria literária contemporânea é a pluralidade: traço, aliás, presente em outras áreas do conhecimento. De fato, no âmbito das ciências humanas, o estruturalismo representou o último movimento que, por algum tempo, pretendeu impor-se como teoria hegemônica, unificadora de métodos diferentes.

Assim, num nível paroxístico, a contemporaneidade desvela, independentemente da disciplina, a coexistência de perspectivas heterogêneas, um dos possíveis propulsores da atual preocupação em torno da hermenêutica, segundo Gianni Vattimo atesta no ensaio “A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica”:

Dissolução da crença no progresso ligada ao fim do colonialismo e ao eurocentrismo; consciência aguda do caráter histórico prático e político da tarefa científica e dos limites da objetividade das ciências; sobretudo, peso crescente dos problemas étnicos (manipulação genética, por exemplo) e ecológicos propostos pelas ciências e pelas técnicas: estão aí os principais fatores daquilo que me propus a chamar de passagem do ideal epistemológico ao ideal hermenêutico na educação. Para compreender o sentido desta passagem e, eventualmente, extrairmos dela consequências no plano operativo, é necessário levar em conta o primeiro destes fatores: isto é, o fato de que a perda de autoridade do ideal científico de formação ocorre num quadro amplamente determinado pelo fim da crença no progresso que, por seu lado, depende da dissolução da ideia de unidade em história. A hermenêutica apresenta-se como possível sucessora da epistemologia, enquanto ideal diretivo da educação, num momento em que a atitude *científica* característica da mentalidade europeia da idade moderna se evidencia, justamente, como um aspecto desta mentalidade e nada mais. A própria noção de *civilização* e de cultura, de *Bildung*, não pode se referir inocentemente ao ideal do conhecimento objetivo da natureza, considerado como tarefa própria da humanidade etc. *Bildung* e civilização devem ser, neste momento, caracterizados em termos hermenêuticos, como a capacidade de se abrir a uma pluralidade de paradigmas, a diferentes sistemas de metáforas para se falar do mundo (VATTIMO, 1992, p.14-15, grifo do autor).

A problematização do saber, desvencilhado do ideal da *Bildung*, está na base do que Jean-François Lyotard (2002, p.XV) denomina “a condição pós-moderna” no seu estudo homônimo, de 1979. Nessa configuração, a condição pós-moderna “[d]esigna o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX, com a crise da ciência”. O efeito dessa crise conduz à derrocada de valores tais como totalidade, verdade, sujeito,

razão, progresso, pois ser pós-moderno significa desacreditar o metadiscurso filosófico metafísico e as idealizações atemporais e universalizantes.

Os impasses anunciados por Lyotard (2002) parecem adquirir uma intensidade ainda mais candente no caso dos estudos literários. O desencantamento de um metarrelato como o da “hermenêutica do sentido” – além de afetar o primado da atribuição e produção de sentido pela crítica e reforçar a referida insustentabilidade de um bloco teórico hegemônico, fazendo com que a teoria da literatura seja constantemente editada sob a pecha do “fim da teoria” ou da sua “crise” – produz o efeito contrário, isto é, ao invés de as questões correlatas ao sentido deixarem de ser importantes, elas ganham importância redobrada, já que o sentido não se organiza mais em torno de eixos promotores de um denominador comum.

O entendimento da hermenêutica programado por Lyotard pode ser apreendido através do “campo hermenêutico” proposto por Hans Ulrich Gumbrecht (1998) no ensaio “O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação”, ensaio estimulado pelos preceitos apresentados por Lyotard no estudo citado, entre outros autores. O ensaio de Gumbrecht (1998) evidencia a associação entre a pluralidade de paradigmas vigente na contemporaneidade e o seu impacto na hermenêutica.

Gumbrecht postula duas linhas para a hermenêutica: a primeira é descrita como “campo hermenêutico”, cuja premissa básica reside na correspondência entre expressão e interpretação:

Num texto hermenêutico, sempre que a palavra expressão é mencionada o que se tem em mente é a premissa do campo hermenêutico segundo a qual o sentido nasce na profundidade da alma, podendo contudo ser expresso numa superfície – a superfície do corpo humano ou a do texto. No entanto, e eis a importância do campo hermenêutico, a expressão, porque limitada à superfície, permanece sempre insuficiente quando comparada ao que se encontra na profundidade da alma. Deste modo, não apenas o corpo é um instrumento secundário de articulação, também a expressão se revela insuficiente. Em virtude desta premissa, no interior do paradigma hermenêutico se impõe a necessidade da interpretação. Interpretação: ou seja: processo que, principiando pela insuficiência de uma superfície qualquer, dirige-se à profundidade do que vai na alma de quem se expressa. Como resultado, estabelece-se uma identidade entre o que o sujeito desejava expressar e o entendimento do intérprete (GUMBRECHT, 1998, p.139-140).

A segunda linha, designada por “campo não-hermenêutico”, pode ser vinculada ao raciocínio de Vattimo, por assinalar o declínio dos metarrelatos unificadores e totalizantes. Gerido pelo questionamento ao “postulado de uma interpretação correta” (GUMBRECHT, 1998, p.143) a partir da década de 1970, esse campo é pautado,

segundo Gumbrecht (1998, p.144, grifo do autor), pela “*convergência no que diz respeito à problematização do ato interpretativo*”. Convergência capaz de associar pontos de vista sem dúvida distintos. No contexto contemporâneo, o que mais importa é a absoluta ausência de uma teoria hegemônica”.

O “campo não-hermenêutico” ressalta as forças – simultaneamente diversificadas e contrastantes –, que revelam um “mundo sempre menos estruturado e sempre mais viscoso e flutuante” (GUMBRECHT, 1998, p.138). Podemos pensar que esse campo é compatível com uma concepção de crítica literária que não pretende a verdade do texto literário, a totalidade do sentido ou a referencialização exata desse texto. Podemos pensar também que esse campo acaba por ratificar a assimetria entre texto e leitor, que demanda a reflexão sobre o papel do leitor, ou seja, demanda a reflexão sobre a maneira pela qual o leitor procede diante do texto, sobre os limites do sentido do texto e sobre fatores que interferem na atribuição e na produção desse sentido.

Ressaltamos, assim, que a atribuição e a produção de sentido não acontecem de maneira espontânea, razão pela qual o estudo da hermenêutica literária sem a devida verificação do papel do leitor parece ser insuficiente e pouco plausível, pois concordamos com a interdependência, prevista por Wolfgang Iser, entre gesto hermenêutico, subjetividade e as formas que esse gesto assume:

*For a long time, interpretation was taken for an activity that did not seem to require analysis of its own procedures. There was a tacit assumption that it came naturally, not least because human beings live by constantly interpreting. We continually emit a welter of signs and signals in response to a bombardment of signs and signals that we receive from outside ourselves. In this sense we might even rephrase Descartes by saying, We interpret, therefore we are. While such a basic human disposition makes interpretation appear to come naturally, however, the forms it takes do not. And as these forms to a large extent structure the acts of interpretation, it is important to understand what happens during the process itself, because the structures reveal what the interpretation is meant to achieve.*

*Nowadays, there is a growing awareness of the effective potential of interpretation and of the way this basic human impulse has been employed for a variety of tasks.* (ISER, 2000, p.1)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Por um longo tempo, a interpretação foi exercida como uma atividade que parecia não demandar a análise de seus próprios procedimentos. Havia uma presunção tácita de que a interpretação era natural, até porque o homem vive constantemente interpretando. Nós emitimos continuamente uma confusão de signos e sinais em resposta ao bombardeio de signos e sinais que recebemos de fora de nós mesmos. Nesse sentido podemos refazer a frase de Descartes dizendo, Interpretamos, logo existimos. Enquanto essa disposição humana fundamental faz a interpretação parecer natural, não obstante, as formas que a interpretação adquire não o parecem. E como essas formas estruturam em grande medida os atos de interpretação, é importante entender o que acontece durante o próprio processo, pois as estruturas revelam o que a interpretação pretende alcançar. Atualmente, há uma conscientização crescente do potencial interpretativo em vigor e da maneira com que esse impulso humano fundamental tem sido empregado numa variedade de tarefas.” (tradução nossa).

A inflexão do “campo hermenêutico” para o “campo não-hermenêutico” implica, portanto, uma alteração no *status* da subjetividade: a se pensar a interpretação segundo um gesto espontâneo, como Iser (2000) descreve, ou segundo a escavação da verdade – seja a verdade da obra, seja a do autor –, cobiçada por aquele campo, não há como duvidar de um caráter pretensamente pleno da subjetividade, ou seja, esse entendimento da hermenêutica é devedor de uma concepção de sujeito autocentrado. Contudo, o “campo não-hermenêutico” leva a uma problematização irrefutável da subjetividade e reforça a tensão entre sujeito e mundo, fulcral para se caracterizar a própria modernidade. Desse modo, assinalamos um processo através do qual o sentido refoge a uma totalidade, apesar de as metodologias de leitura contemplarem teóricos, propostas e conceitos diversos. A diversidade de teorias e de sistemas de legibilidade do texto literário registra, ao contrário, a impossibilidade de se dominar essa totalidade.

## A máquina da interpretação

*Se os observadores e beligerantes dos recentes debates críticos pudessem concordar em alguma coisa, seria que a teoria crítica contemporânea é perturbadora e confusa. Se algum dia foi possível pensar a crítica como uma atividade única praticada com ênfases diferentes, a acridéz dos debates recentes sugere o contrário: o campo da crítica é controversamente construído por atividades aparentemente incompatíveis. Até mesmo tentar uma listagem – estruturalismo, crítica à resposta do leitor [sic], desconstrução, crítica marxista, pluralismo, crítica feminista, semiótica, crítica psicanalítica, hermenêutica, crítica antitética, Rezeptionsästhetik... – é flertar com um transtornador vislumbre do infinito que Kant chama de “sublime matemático”. A contemplação de um caos que ameaça submergir o poder de percepção pode produzir, como sugere Kant, uma certa exultação, mas a maioria dos leitores sente-se apenas aturdida ou frustrada, e não inundada de admiração.*

Jonathan Culler (1997, p.21).

As argumentações de Vattimo (1992), Gumbrecht (1998) e Lyotard (2002) parecem autorizar a premissa segundo a qual a hermenêutica catalisa a pluralidade, a divergência e a contingência como predicados importantes na contemporaneidade. Desse modo, o sentido recebe matizes a partir do contexto concreto de sua atribuição e produção, condicionamento que enfatiza a descrença quanto ao imperativo da interpretação correta, uma vez que a melhor interpretação de um texto só pode

ser conjecturada de acordo com destinatários, fins e contextos específicos. Podemos pensar, assim, que a contemporaneidade pontua uma inflexão no entendimento da hermenêutica, inflexão que pode ser vista junto à teoria da literatura, seara onde também se observam mudanças metodológicas na maneira como a interpretação é avaliada.

No prefácio à segunda edição do livro *O ato da leitura*, Iser (1996, p.7) analisa essa alteração no regime interpretativo nos seguintes termos: “Do ponto de vista histórico-científico, os anos 60 marcaram o fim de uma hermenêutica ingênua da análise literária”. Essa ingenuidade presume a ausência de uma reflexão sobre os pressupostos abraçados numa interpretação, ausência justificada pelo propósito de se identificar a interpretação do texto com o próprio texto. Sobretudo, esse propósito era equacionado, na opinião de Iser, por um “[...] modo de interpretação que pergunta pela intenção do autor, pela significação ou pela mensagem da obra, assim como pelo valor estético enquanto interação harmônica das figuras, tropos e camadas da obra” (ISER, 1996, p.8).

À luz dos autores citados, a hermenêutica ganha uma renovação em que se apresentam impasses caros à contemporaneidade. Em outras palavras, a atribuição e a produção de sentido ocorrem mediante a tensão entre texto e leitor – aglutinadora de outros elementos tais como teorias, história, cultura –, através da qual é possível destacar o potencial de sentido propiciado pelo texto, sendo que essa tensão se agrava na contemporaneidade em virtude da ausência de uma referencialização transcendental, como se depreende da pluralidade de paradigmas em vigor simultaneamente.

Essa pluralidade é evidenciada na recepção de autores cuja obra agencia um verdadeiro mosaico teórico, numa demonstração patente da “babel crítica contemporânea” (LIMA, 1993, p.58). Um exemplo desse quadro pode ser visto na descrição que Heidrun Krieger Olinto (1996, p.75-76) faz da recepção recente à obra de William Shakespeare:

Não deveria espantar, então, que, segundo levantamento estatístico, estudiosos americanos de literatura inglesa publicaram, em um ano, 544 trabalhos sobre Shakespeare. Mas espanta! Ainda que, certamente, não seja suficiente para saciar o apetite do leitor da academia. Se articularmos essa informação com um dos anuários das atividades profissionais na área dos estudos literários, publicados regularmente pela Modern Language Association, teremos uma ideia do tamanho e da complexidade desse campo. O relatório assinala, em cinco volumes, espantosos 2.716 itens diferentes, distribuídos entre notas, edições, artigos, coletâneas, monografias e livros, reconhecendo, em ordem alfabética, a vigência das seguintes abordagens teóricas da literatura: estruturalista, feminista, filosófica, hermenêutica, linguística, marxista,

narrativista, neo-historicista, pós-estruturalista, pós-modernista, pragmática, psicanalítica, psicológica, *reader-response criticism*, recepcional, retórica, semiótica e sociológica.

Ao revelar seu espanto, Heidrun Olinto (1996) chama atenção para o exercício crítico na contemporaneidade, para o exercício complexo do “[...] leitor do final deste milênio; do leitor confrontado, nas últimas décadas, com uma série de revoluções paradigmáticas em seu campo disciplinar que provocaram certa sensação de *worldless*, como diria E. W. Said” (OLINTO, 1996, p.74). Heidrun Olinto (1996, p.76) acredita que a profusão de teorias disponíveis para o leitor acadêmico no cenário contemporâneo fez com que “[...] o próprio objeto de estudo, mas, igualmente, o campo da sua investigação [se tornasse] opaco. Ele [o leitor acadêmico] não sabe mapear e arquivar a hiperabundância de ofertas e torná-las disponíveis para uma atuação eficaz”.

Reiteramos o aludido mosaico teórico com uma rápida descrição da recepção machadiana<sup>2</sup>, feita em concordância com o princípio postulado por Karlheinz Stierle no ensaio “Que significa a recepção dos textos ficcionais?”, segundo o qual

[o] significado da obra literária é apreensível não pela análise isolada da obra, nem pela relação da obra com a realidade, mas tão-só pela análise do processo de recepção, em que a obra se expõe, por assim dizer, na multiplicidade de seus aspectos. Se esta abordagem se presta a revelar, nos grandes paradigmas do cânone literário, os conceitos mutáveis condutores da recepção e a conexão argumentativa, “dialógica” deles entre si e deles com a obra, torna-se possível antes uma história da interpretação da recepção do que uma história da recepção (STIERLE, 2002, p.120).

Embora Stierle (2002) não sistematize a diferença efetiva e a projeção cognitiva quanto ao entendimento da “história da interpretação da recepção” e da “história da recepção”, deduzimos que o autor sublinha, naquele tipo de história, a influência de conceitos teóricos e de estudos críticos – como os estudos mais citados, seja pela legitimação deles advinda, seja por condicionarem a possibilidade de outros trabalhos.

Essa influência produz filiações, ou seja, uma crítica em rede, como um sistema que “[...] produz uma descrição de si mesmo, estabelecendo assim uma referência interna” (GUMRECHT, 1998, p.144)<sup>3</sup>. Esse sistema acaba por exercer a função

---

<sup>2</sup> Esclarecemos que a descrição da recepção machadiana que faremos a seguir é bastante simplificada perto do volume e da complexidade dos estudos suscitados por essa recepção. De modo algum essa descrição pretende totalizar as inúmeras ramificações de tal recepção.

<sup>3</sup> Nesse caso a aceção de “sistema” remete à teoria de Nicklas Luhmann; conforme Gumbrecht (1998, p.144, grifo do autor) explica: “[...] a noção de sistemas autopoieticos parte do pressuposto segundo o qual os sistemas

de legitimizar o resultado hermenêutico, pois, na falta dos metarrelatos e diante da pluralidade de paradigmas, a exigência pelos parâmetros da legitimação fica ainda mais aguçada. Trata-se de enfatizar, então, mecanismos ou pré-disposições receptivas que limitam o sentido e que garantem sua articulação. Com a indicação de tais mecanismos na instância da produção da crítica e na da revisão dessa crítica, o conceito em destaque, ou seja, o de “história da interpretação da recepção”, reforça duplamente um gesto hermenêutico, por balizar a relação entre a leitura e as condições que a determinaram.

Além de suscitar uma recepção crítica volumosa – que supera a marca dos 5600 verbetes, “um número sem precedentes, quando se trata de autor brasileiro”, como Ubiratan Machado (2005, p.10) constata em *Bibliografia machadiana 1959-2003* –, a obra machadiana engendra análises que, no seu conjunto, revelam uma multiplicidade hermenêutica. Manifesta em leituras cujos referenciais teóricos alcançam da “Escola de Recife” à Desconstrução, essa multiplicidade comporta grande diversidade tanto de aspectos e temas abordados, como de visões sobre um mesmo aspecto ou tema, e impõe, ainda, o confronto com perspectivas sócio-política, histórica, cultural e teórica. Nesse processo, a escolha por determinada linha teórica pelo leitor contribui para a consolidação de uma referência para o texto. Essa referência gerencia um aspecto ambivalente, pois o diálogo entre teoria e texto pode restringir o sentido deste diante de inúmeras possibilidades e, ao mesmo tempo, pode proporcionar uma legibilidade capaz de renovar o sentido ao longo de distintos “sistemas histórico-literários de referência” (JAUSS, 1994, p.28) e sistemas teórico-metodológicos.

Não deixa de ser surpreendente como um mesmo texto absorve tantas possibilidades teóricas e argumentativas, conforme Roberto Schwarz indaga no ensaio “Leituras em competição”, em que o crítico traça uma espécie de paralelo entre a recepção brasileira e a estrangeira à obra de Machado, através do impasse entre o local e o universal:

Quanto à academia, a pesquisa machadiana desenvolvida nos Estados Unidos acompanhou as correntes de crítica em voga por lá, como era natural. O patrocínio teórico vinha entre outros do *New Criticism*, da Desconstrução, das ideias de Bakhtine sobre a carnavalização em literatura, dos *Cultural studies*, bem como do gosto pós-moderno pela metaficção e pelo bazar de estilos e convenções. A lista é facilmente prolongável e não para de crescer. Mais afinada com a maioria silenciosa, indiferente às novidades, havia ainda a análise psicológica de corte convencional. A surpresa ficava por conta do próprio Machado de Assis, cuja obra, originária de outro tempo e país, não só não oferecia resistência, como parecia feita de propósito para ilustrar o repertório

---

são ‘cegos’ em relação ao que lhe é exterior. Na teoria dos sistemas, a percepção de um mundo exterior nada seria senão um produto secundário da autorreferência produzida”.

das teorias recentes. O ponto de contato se encontrava no questionamento do realismo ou da representação, e em certo destaque da forma, *concebida como estrangeira à história*. Há aqui uma questão que vale a pena enfrentar: como entender a afinidade entre um romancista brasileiro do último quartel do século XIX e o conjunto das teorias críticas em evidência agora, nas Metrópoles? (SCHWARZ, 2006, p.62, grifo do autor).

A respeito das características de uma recepção e outra, Schwarz (2006) ressalta que a recepção estrangeira tem como peculiaridade o estudo de um autor que, apenas a partir de meados do século passado, começa a ganhar certa notoriedade, ainda que Machado seja visto como um autor importante para o cânone universal. Além disso, Schwarz (2006) ressalta que há uma série de questões específicas no caso da recepção brasileira, tais como a singularidade do lugar ocupado por Machado na literatura brasileira e a preocupação com a definição da identidade nacional na obra do autor.

Ao comparar a recepção norte-americana à obra de Machado no final do século passado com a brasileira, Paul Dixon (1998, p.318) reitera essa especificidade topográfica:

As universidades fazem hoje parte da economia mundial e podemos questionar a lógica de analisar “Machado de Assis nos Estados Unidos” ao reconhecer que Roberto Schwarz e John Gledson, influentes estudiosos machadianos no ambiente brasileiro e europeu, estudaram nos Estados Unidos. No entanto, há forças institucionais que aqui tendem a determinar a natureza dos estudos literários e que portanto conduzem a uma análise de Machado um tanto diferente da brasileira. De uma forma geral (e há notáveis exceções), os estudos machadianos entre nós estão menos interessados na brasilidade de Machado (nos seus aspectos históricos ou políticos) do que nas qualidades que possam fazê-lo participar do *forum* internacional.

Em complementação às características da recepção norte-americana, Dixon afirma que são recorrentes os estudos sobre Machado de cunho comparativo e com embasamento numa teoria, técnica literária e questão filosófica ou num gênero.

No ensaio mencionado Schwarz (2006, p.63) defende, porém, que tal desinteresse pela “brasilidade de Machado” impede que se visualize a destreza de um “dramatizador malicioso da experiência brasileira. Como era de se esperar, ao responder à pergunta “como entender a afinidade entre um romancista brasileiro do último quartel do século XIX e o conjunto das teorias críticas em evidência agora, nas Metrópoles?”, o crítico reforça a tradicional linha sociológica do seu trabalho e argumenta que a falta de uma reflexão que vincule a literatura a seu contexto de produção faz com que as análises norte-americanas estejam blindadas quanto à particularidade histórica e à “cor local” – representadas na obra machadiana,

segundo ele, com uma “acuidade mimética” –, blindagem favorecida também pela “neouniversalidade das teorias literárias” (SCHWARZ, 2006, p.76, p.68).

Na avaliação de Schwarz (2006, p.66): “As teorias literárias com vigência nas principais universidades do mundo, hoje sobredeterminadas pelas americanas, buscam entender o seu campo de aplicação, como se fossem firmas. O interesse intelectual não desaparece, mas combina-se ao estabelecimento de franquias”. Da argumentação do crítico, interessa-nos destacar menos a querela entre o local e o universal do que a opinião segundo a qual as teorias contemporâneas, como a Desconstrução e a Pós-Modernista, poderiam comprometer a legibilidade do texto. Ora, o risco de uma teoria imprimir um automatismo na interpretação do texto, em que o intérprete galgaria mais o engrandecimento da teoria do que o do texto, não é intrínseco a determinadas teorias. Esse automatismo não varia de acordo com a teoria escolhida, e sim de acordo com a maneira como o intérprete conjuga a teoria com o texto, se ele a entende como uma “forma puramente instrumental” ou como um “poder operatório”, uma “habilidade formulativa”<sup>4</sup>.

Sendo assim, a preocupação com a contextualização sócio-política e histórica do texto literário não ampara um princípio de autoridade indubitável. Até mesmo porque essa contextualização pode apontar para referenciais diferentes. Como o próprio Schwarz (2006, p.64) lembra, ao longo do percurso traçado pela recepção brasileira à obra de Machado há uma divergência quanto à definição da identidade nacional na obra do autor, ou seja, o “significado histórico da formação social” na obra machadiana é controverso. Portanto, não é tarefa exatamente fácil ordenar a crítica machadiana a partir da reincidência do caráter nacional, já que a pluralidade da obra de Machado de Assis não permite conceber esse caráter sob um único princípio.

Junto a outros autores como Raymundo Faoro e John Gledson, Schwarz preconiza, contudo, a identidade nacional como um princípio inquestionável para se atingir a *verdade* da obra machadiana. Apesar de haver divergências frente a outras metodologias, esta associação exerce grande fascínio na “história da interpretação da recepção” machadiana, influenciando estudos. Sidney Chalhoub (2003, p.13), por exemplo, declara no livro *Machado de Assis, historiador*: “[...] não veria História nenhuma nas histórias de Machado de Assis sem a experiência de ler outros intérpretes dele, com os quais tento estabelecer um diálogo mais direto. Refiro-me, principalmente, a John Gledson e a Roberto Schwarz”.

---

<sup>4</sup> Essa e as duas outras expressões são de autoria de Luis Alberto Brandão (2005a, p.18). Nas palavras do autor: “Pretende-se que a teoria seja exercida em seu poder operatório, o que não corresponde a tomá-la de forma puramente instrumental, e sim reconhecer sua habilidade formulativa, sua potência concretizadora (isto é, ficcionalizadora), sua vocação propositiva imprescindível. Trata-se, também, de se recusar qualquer fetichismo teórico, segundo o qual, pelas razões mais diversas e por meio da mera repetição, sacraliza-se o pensamento de um autor ou da corrente em que se insere.”

A argumentação de Schwarz, sintetizada brevemente no ensaio “Leituras em competição”, mostra como a complexidade da obra machadiana engendra leituras cerradas. Na sistematização do crítico:

[...] a *composição*, a *cadência* e a *textura* do romance machadiano foram vistas como formalização artística de aspectos peculiares à ex-colônia, apanhados onde menos em falta e mais civilizada ela se supunha. Explorados pela inventiva do romancista, esses aspectos ganhavam conectividade e expunham a teia de suas implicações, algumas das quais muito modernas, além de incômodas. As peculiaridades prendiam-se a) ao padrão patriarcal; b) a nosso *mix* de liberalismo, escravidão e clientelismo, com os seus paradoxos estridentes; c) à engrenagem também *sui generis* das classes sociais, inseparável do destino brasileiro dos africanos; d) às etapas da evolução desse todo; e e) à sua inserção no presente do mundo, que foi e é um problema (ou uma saída) para o país, e aliás para o mundo (SCHWARZ, 2006, p.63-64, grifo do autor).

A pergunta “como entender a afinidade entre um romancista brasileiro do último quartel do século XIX e o conjunto das teorias críticas em evidência agora, nas Metrôpoles?”, disposta por Schwarz em tal ensaio, pode induzir um entendimento errôneo pelo qual se acreditaria que os leitores contemporâneos a Machado teriam, então, uma facilidade maior para explicitarem o contexto sócio-político e histórico da obra do autor – ou seja, para identificarem o caráter nacional nessa obra –, por viverem na mesma época retratada nos livros.

Ao contrário disso, o “horizonte de expectativa” que pautava a recepção machadiana da primeira hora dificultava o reconhecimento do caráter nacional na obra do autor. Nessa direção, José Veríssimo, um dos críticos mais lúcidos de sua geração, sentença na resenha que escreve no final do século XIX, em razão da publicação de *Quincas Borba* em livro:

A obra literária do Sr. Machado de Assis não pode ser julgada segundo o critério que eu peço licença para chamar nacionalístico. Esse critério, que é o princípio diretor da *História da literatura brasileira* e de toda a obra crítica do Sr. Sílvio Romero, consiste, reduzido à sua expressão mais simples, em indagar o modo por que um escritor contribuiu para a determinação do caráter nacional, ou, em outros termos, qual a medida do seu concurso na formação de uma literatura, que por uma porção de caracteres diferenciais se pudesse chamar conscientemente brasileira. Um tal critério, aplicado pelo citado crítico, e por outros à obra do Sr. Machado de Assis, certo daria a esta uma posição inferior em nossa literatura (VERÍSSIMO apud MACHADO, 2003, p.155).

É importante realçar a opinião de Veríssimo, pois, ainda que o crítico veja Machado como um autor inadequado ao critério “nacionalístico”, ele atribui valor à obra machadiana, constatando, então, “a insuficiência dos parâmetros disponíveis diante da singularidade e da grandeza da obra de Machado de Assis” (GUIMARÃES, 2004b, p.278).

Já Sílvio Romero descrevia Machado como uma “tênia literária” (VERÍSSIMO apud MACHADO, 2003, p.145), alguém que “sem o auxílio de uma preparação conveniente, entrou a ser um parasita, espécie de comensal zoológico, vivendo à custa de uma combinação do classicismo e do romantismo” (VERÍSSIMO apud MACHADO, 2003, p.146). A animosidade de Sílvio Romero com Machado expõe como os conceitos de nação e cultura praticados naquela época, junto aos princípios estéticos até então em vigor, dificultaram a análise da obra do autor. A obra machadiana, por não se enquadrar facilmente em tais conceitos, vedou a criação de uma ilusão extratextual, ou seja, impediu que a realidade da nação fosse reconhecida pelos leitores, base para o desconforto gerado inicialmente pela obra.

Assim, a recepção machadiana da primeira hora reiterou um gosto específico, compartilhado entre os leitores e caracterizado pela subordinação a modelos formais e pela representação do nacional segundo os paradigmas do evolucionismo, positivismo, determinismo, romantismo e naturalismo. Como Hélio de Seixas Guimarães (2004b) detalha no ensaio “Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano”, a obra de Machado – por apresentar grande distância frente ao *horizonte de expectativa* oitocentista – desafiava a crítica, uma vez que tais paradigmas não se sustentavam ao serem aplicados na obra.

Se a recepção machadiana da primeira hora encontrou dificuldades em perceber a presença do caráter nacional na obra de Machado, a recepção contemporânea, num segmento contrário ao defendido por Schwarz (2006), registra uma desconfiança quanto à possibilidade de se decodificar – ou até mesmo apreender – esse caráter. Nessa direção, citamos como exemplo os estudos: *Os leitores de Machado de Assis*, de Hélio de Seixas Guimarães (2004a), *A formação do nome e Autobiografias*, de Abel Barros Baptista (2003a, 2003b).

Guimarães trabalha com a hipótese segundo a qual a dimensão exígua do público leitor na sociedade brasileira do século XIX colocava em xeque a fundação do caráter nacional via literatura. De modo oposto ao que acontecia na Europa, onde um público heterogêneo estava em formação, a literatura, no Brasil oitocentista, circunscrevia-se a grupos limitados, a pessoas próximas ao escritor, fato que possibilitava “uma forte personalização da relação entre autor e público” (GUIMARÃES, 2004a, p.80). Na conclusão de Guimarães (2004a, p.101-102), temos que:

O fato de ser escrito para poucos colocava dificuldades para o romance brasileiro, uma vez que a missão de sintetizar e difundir noções da nacionalidade não casava bem com um veículo que de saída excluía a grande maioria da população, marginal não só ao universo do romance, da literatura e das letras, mas a tudo mais. A missão nacional e patriótica decerto aumentava a frustração dos escritores, que tomavam para si o papel de porta-vozes de um público pouco numeroso e muitas vezes amorfo diante das coisas literárias. A impossibilidade concreta de fazer do romance um veículo eficiente de divulgação de um imaginário nacional não será percebida pelos primeiros romancistas, ocupados em criar representações literárias – devidamente idealizadas – para as paisagens e costumes locais, o que será considerado suficiente para conferir originalidade à produção nacional.

Machado de Assis não ficou insensível a nenhuma dessas questões

Baptista (2003a, p.42), por sua vez, pressupõe que “Machado lança a indeterminação sobre o esforço de construção de uma literatura nacional”, e essa indeterminação sobressai em virtude da “tensão entre resistência à significação nacional e garantia de disponibilidade para assumir uma significação nacional”, o que, segundo o crítico, é fundamental para se avaliar a modernidade literária na obra machadiana. A essa indeterminação adere-se a ênfase que o crítico confere ao “*princípio de interpretação*” (BAPTISTA, 2003a, p. 103, grifo do autor), de acordo com o qual “a questão nacional deslocar-se-ia da esfera da produção para a esfera da recepção literária” (BAPTISTA, 2003a, p.103). O *princípio de interpretação* inviabiliza a averiguação substancial do caráter nacional, visto como um “efeito de leitura”, e, assim, esse caráter “ca[i] por inteiro no âmbito da responsabilidade do leitor” (BAPTISTA, 2003a, p.17). Em síntese, Baptista (2003b, p.400) assegura a Machado a “responsabilidade da não resposta que define o romancista”: “Por isso, é inútil discutir se Machado era ou não um escritor empenhado, lúcido, crítico das instituições e das ideias de seu tempo: ele era, antes de tudo, se não apenas, um romancista [...]”.

A sucessão de matizes exemplificada com esses três núcleos críticos – correspondentes à crítica contemporânea a Machado, à crítica de Schwarz e de seus epígonos e à crítica recente de Guimarães e de Baptista – produz uma impressão que é compatível com a análise de Baptista: a impressão segundo a qual o caráter nacional não deve ser visto como uma configuração que pode ser decodificada ou conhecida na sua essência, mas como uma configuração existente em função de determinada perspectiva teórica e por ela legitimada. Através da sucessão de matizes concebida em torno do caráter nacional, sublinhamos como Machado perfila um tipo de escrita que o caracteriza como um “*autor-matriz*” (ROCHA, 2006, p.13, grifo do autor), escrita inerente a certos autores, “[...] cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de abordagens, pois elementos diversos de

sua obra podem ser valorizados através de articulações teóricas igualmente diversas” (ROCHA, 2006, p.13).

No texto em que cunha a expressão *autor-matriz*, João Cezar de Castro Rocha defende que essa pluralidade – estimulada, por exemplo, pela obra de autores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Clarice Lispector, Guimarães Rosa – contribui para o “eterno retorno de querelas hermenêuticas e metodológicas” (ROCHA, 2006, p.14), mantendo o sistema intelectual permanentemente ativo e renovado. Castro Rocha (2006, p.14, grifo do autor) indica Machado como o “*autor-matriz* da história da literatura brasileira”: na definição desta primazia o crítico ressalta a vocação da obra de Machado para gerar polêmicas – como a célebre discordância travada entre Sílvio Romero e José Veríssimo –, mesmo nos tempos atuais, haja vista a constituição dessa obra, que dialoga não só com a “cor local”, como também com a tradição literária. Essa vocação para gerar polêmicas representa, então, um índice da polivalência da obra machadiana, polivalência vista com contundência na sua recepção crítica.

O enquadramento do “campo não-hermenêutico” – campo cunhado por Gumbrecht (1998) que designa a problematização do gesto interpretativo, ou seja, a problematização de mecanismos e impasses que perpassam a atribuição e a produção de sentido pelo crítico na contemporaneidade – promove essa polivalência. Assim, a divergência de interpretações que observamos rapidamente na sucessão de matizes angariados pelo caráter nacional na recepção crítica à obra de Machado não deve ser vista como uma sucessão de erratas, isto é, de interpretações que se sobrepõem com a intenção de corrigir equívocos traçados nas interpretações anteriores.

Conforme Castro Rocha (2006, p.12-13) acentua, as polêmicas literárias – como a protagonizada por José de Alencar e Gonçalves de Magalhães – podem render questionamentos do tipo: “Qual o método mais eficaz para a leitura de determinado autor? Qual a abordagem mais fecunda para tratar de certa temática? Como assegurar a formação mais sólida para futuras gerações de professores e pesquisadores de literatura?”. Ao transpormos esses questionamentos para o estudo da recepção literária no contexto do “campo não-hermenêutico”, vemos que eles são igualmente válidos, por sinalizarem tanto a possibilidade de o texto literário ser lido de maneiras diferentes, como os dilemas provenientes dessa possibilidade: dois aspectos dos mais importantes nesse estudo. No entanto, o alcance de tais questionamentos será maior se eles forem vistos enquanto propulsores de novos problemas, e não como perguntas com garantia de resposta.

A variação de interpretações a que o texto literário está sujeito – como assinalamos junto à recepção crítica à obra de Machado – abre um horizonte de suspeição pelo qual se vislumbrará sempre um sentido diferente para o texto. Isso corresponde a afirmar que o gesto hermenêutico não é digno da verdade, mas da dúvida, fato que evidencia como a questão hermenêutica carrega uma complexidade

ainda mais candente com a superação do “campo hermenêutico”. Sendo assim, o “método mais eficaz” e a “abordagem mais fecunda” acabam sendo aqueles que obtiverem maior respaldo institucional ou que agregarem mais estudos na “história da interpretação da recepção”, uma vez que o “campo não-hermenêutico” é incompatível com a proposição de um modelo único de interpretação, seja ele o mais eficaz ou fecundo.

Ainda que bastante limitado, o repertório de trabalhos machadianos mencionado, composto por interpretações consolidadas na recepção crítica à obra do autor, baliza a desconfiança quanto à indicação de tal método e abordagem. Ora, como comparar a eficácia e a argúcia reveladas nesses trabalhos tendo em vista que elegem métodos e abordagens totalmente distintos? Sob quais parâmetros é possível afirmar, por exemplo, que a interpretação conduzida por Schwarz é mais profícua do que a conduzida por Baptista?

Na medida em que se desacredita o ideal da interpretação correta ou verdadeira presumido pelo “campo hermenêutico” é que esse tipo de impasse torna-se plausível. Como observamos, o “campo não-hermenêutico” apresenta uma incompatibilidade – de natureza fundadora – com a verdade. Contudo, na avaliação singular de cada método e abordagem dos trabalhos machadianos, parece haver a pretensão de que os contornos de suas respectivas premissas teóricas e conjeturas ofereçam uma segurança e uma assertividade hermenêuticas condizentes com um sistema de legibilidade – ou de limitação – do sentido. Queremos dizer que as próprias perspectivas teóricas – pensadas como sistemas que performatizam a legibilidade da página e que não deixam de criar referências internas – induzem o sentido do texto: quando definem, por exemplo, a referência como presença ou como negatividade, o que pode ser visto no confronto entre a escola sociológica e a iseriana ou a derridiana.

Assim, mesmo que uma teoria hegemônica operante seja hoje insustentável, ao se eleger determinada perspectiva teórica num trabalho crítico espera-se que ela seja a mais adequada ou a mais correta perante a obra a ser estudada. A despeito dos predicados da hermenêutica literária na contemporaneidade – sejam eles, vale lembrar, a pluralidade, a divergência e a contingência –, há a formação e a cristalização de mônadas teóricas, conforme é possível depreender da “história da interpretação da recepção” machadiana, como se a interpretação fosse quase preexistente à obra.

No texto “As novas razões da mentira”, Jacques Rancière (2004) ressalta a condição das interpretações preexistentes – só que o objeto em desfavorecimento no caso abordado por ele não é a literatura, mas os fatos empíricos. O autor retrata um pseudo-fato ocorrido na França<sup>5</sup>, em que uma jovem judia e seu bebê teriam

---

<sup>5</sup> O autor não explicita a data em que esse caso ocorreu – sabemos apenas que foi no verão europeu. No Brasil, o texto do autor foi publicado em agosto de 2004.

sofrido um ataque violento, praticado por “adolescentes magrebinos e negros” (RANCIÈRE, 2004, p.3) num trem de subúrbio, sem que recebessem socorro dos demais passageiros. O ataque, no entanto, não passou de uma encenação concebida pela própria jovem.

Rancièrre relata que interpretações para o fato foram aventadas em profusão durante os dois dias em que essa mentira perdurou. A partir desse episódio, o autor argumenta que:

A invenção “individual” dessa agressão racista era possível e plausível porque o acontecimento era de certo modo esperado pela máquina social de fabricação e de interpretação dos acontecimentos.

Precisemos as coisas. Não se trata de dizer, como alguns críticos da mídia, que a tela de TV torna a realidade e o simulacro equivalentes e que acontecimentos não têm mais necessidade de existir de verdade porque suas imagens existem sem eles. Não importa o que digam esses críticos, *não é a imagem que constitui o núcleo do poder midiático e de sua utilização pelos poderes. O núcleo da máquina de informação é, mais exatamente, a interpretação* (RANCIÈRE, 2004, p.3, grifo nosso).

Assim, a máquina da informação engendra um paradoxo, pois os acontecimentos são compreendidos e explicados antes mesmo de se concretizarem. Essa inversão faz com que os acontecimentos sejam moldados previamente pela interpretação, que dificulta a análise dos mesmos depois de concretizados, como se a interpretação preexistente criasse uma barreira. Nessa direção Rancièrre questiona: “Do fato de nenhuma testemunha ter-se manifestado, nenhum comentador pensou em tirar a conclusão mais simples: se nenhuma testemunha do acontecimento fez alguma coisa, é talvez porque nada havia a fazer, é porque o acontecimento não ocorrera” (RANCIÈRE, 2004, p.3).

Com o destaque conferido à argumentação de Rancièrre, reiteramos a presença da hermenêutica nos debates contemporâneos. Como o texto do autor sustenta, a interpretação adquire uma autonomia impensável na máquina da informação ao prescindir do próprio objeto interpretado. Ao sublinharmos essa autonomia na argumentação do autor voltamos a indagar pela inflexão que a contemporaneidade inflige no entendimento da hermenêutica.

No decorrer deste ensaio enfatizamos que o leitor é um elemento dos mais importantes no estudo da hermenêutica literária, estudo que busca uma reflexão sobre o desempenho do leitor diante do texto. Portanto, o desprezo pelo texto no caso de haver interpretações prévias – como as descritas por Rancièrre (2004) para os fatos empíricos – é um desvio inaceitável, já que esse desprezo seria equivalente a prometer a interpretação de um texto como subterfúgio para que outras questões

sejam abarcadas, sem que estejam em relação direta com o texto. Em hipótese, essas questões podem até ser “possíveis e plausíveis” para a máquina da interpretação no domínio institucional, mas implicam um procedimento através do qual não só o texto é depreciado como também deixa de propiciar o questionamento das ideias prontas, isto é, ao invés de o leitor aventar questões e teorias mediante a leitura de um texto, ele sobrepõe questões e teorias ao texto com um gesto fetichista e tautológico em que conceitos são aplicados desbragadamente.

Esse procedimento resvala a literatura num simples estímulo capaz de colocar a máquina da interpretação em funcionamento, explicitando regras e protocolos presentes no domínio institucional. Subordinar a literatura ao cumprimento desse estímulo seria transformá-la num “simples objeto interpretável”, o que, na esteira de Silvina Rodrigues Lopes (2003, p.131), deve ser combatido:

As obras literárias estudadas enquanto tais não são simples objetos interpretáveis, mas sim matéria de análise que, ao mesmo tempo que revela a complexidade do uso da linguagem, vem perturbar a estabilidade do conhecimento do uso da linguagem, vem perturbar a estabilidade do conhecimento do mundo, através da abertura de perspectivas múltiplas e contraditórias, que incitam a pensar mas não determinam o pensamento.

No decorrer deste ensaio insistimos também em dizer que estudar a literatura sob o prisma do leitor envolve avaliar a polivalência do texto literário, condicionada, do ponto de vista dos fatores externos ao texto literário, pelas determinações pessoais do leitor e de âmbito institucional, histórico-cultural, político ou teórico. Como destacamos, essa avaliação requer que os preceitos – como a intenção do autor, o imanentismo textual e a referencialidade do sentido –, pelos quais se acredita que o sentido do texto possa ser capturado, sejam problematizados. Portanto, a problematização desses preceitos permite que o leitor tenha liberdade para explorar o sentido em várias direções.

No livro *O ato da leitura*, Iser (1996) pontua que o gesto teórico que privilegia o papel do leitor diante do texto é inconciliável com o juízo pelo qual a interpretação comporta a decifração do sentido, que leva o sentido para a esfera do familiar. Ao contrário disso, o entrelaçamento conceitual de Iser (1996, p.53) pretende que a interação entre texto e leitor assegure um efeito estético que repudie as disposições existentes, os “significados já conhecidos; pois se o efeito estético significa o que advém ao mundo por ele, então ele é o não idêntico ao de antemão existente no mundo”. Em complementação a essa premissa, Iser (1996, p.53) sentencia: “Esse efeito, em um primeiro momento, pode ser definido como recusa à categorização ou ainda como situação em que o receptor se afasta de suas classificações”.

A propósito da “história da interpretação da recepção” machadiana, observamos a vinculação teórico-institucional da crítica literária, exemplarmente referenciada nessa recepção. Diante da premência de tal recusa postulada por Iser (1996), perguntamos pela maneira como o crítico define o efeito estético, não obstante a crítica ter como alicerce três procedimentos, designados por Luis Alberto Brandão (2005b) no ensaio *Rituais do discurso crítico* como “autorização, categorização e conclusividade”. Nas palavras de Brandão (2005b, p.6), a autorização “[...] engloba todos os recursos que dizem respeito à elaboração de um sistema de referências, manifesto no jogo das citações ou no uso de determinados quadros terminológicos e conceituais”; a categorização “indica a necessidade de se elaborar, ou colocar em operação, categorias, seja em termos de modelos taxonômicos que classificam dados de um *corpus*, seja em termos de conceitos, entendidos, bem amplamente, como formas de propor linhas de força ao pensamento” (BRANDÃO, 2005b, p.8-9) e a conclusividade ressuma “a meta de se produzir inferências válidas a partir do que é exposto” (BRANDÃO, 2005b, p.11). Ao perguntarmos pela maneira como o crítico define o efeito estético, devemos desdobrar essa definição em dois momentos: de início, ela caracteriza o efeito experimentado no ato da leitura e, posteriormente, a repercussão desse efeito no texto do crítico.

Como conciliar esses procedimentos a serem adotados pelo crítico – nos quais se nota, conforme dissemos, que as perspectivas teóricas dão referência ao sentido e que um imaginário aliciado pela crítica acaba por se formar – com a recusa pelas classificações, categorias e disposições semânticas preexistentes, assinalada no pensamento iseriano? Mesmo que a interpretação proposta pelo crítico não tenha a função de decifrar o sentido do texto, função incompatível com o “campo não-hermenêutico”, a hipótese pela qual esse leitor conseguiria, no ato da leitura, ficar imparcial ao conhecimento prévio que carrega – seja ele teórico, advindo da crítica ou da própria tradição literária – parece improvável.

No caso de haver a formação e a cristalização de mônadas teóricas como as que depreendemos da “história da interpretação da recepção” machadiana, ao atribuir e produzir sentido dificilmente o leitor deixará de “reconhecer” referências extratextuais no texto. Além disso, quando se detiver na explicação do texto, o crítico precisará recorrer a referências que justifiquem o sentido, mas sem que sejam sobrepostas ao texto. Apesar de a hermenêutica literária pressupor na contemporaneidade predicados tais como pluralidade, divergência e contingência, ela não abdica de limites quando promove a tradução do sentido. Assim, o “campo não-hermenêutico” torna o juízo da perfeição exegética menos flagrante do que os mecanismos de controle, que almejam a adequação conceitual em prol de um melhor desempenho argumentativo.

ROCHA, J. R. Literary hermeneutic in the contemporaneousness. **Revista de Letras**, São Paulo, v.50, n.2, p.485-505, jul./dez., 2010.

- **ABSTRACT:** *In our days, the discussion on sense and on the reader is marked by the limits of understanding as an impasse, a condition which necessarily points to the reader's autonomy before the text. In this discussion we intend to observe how the reader acquired a theoretical highlight with the negation of the principle that interpretation would be capable to reveal the author's expression or the literal expression of the text. At the same time, we observe how the absence of fixed guidelines and hegemonic values which characterizes the contemporary theoretical landscape hampers the definition of limits to the reader's performance.*
- **KEYWORDS:** *Literary hermeneutic. Reader. Contemporaneousness. Critical reception.*

## Referências

BAPTISTA, A. B. **A formação do nome:** duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Autobiografias:** solicitações do livro na ficção de Machado de Assis. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003b.

BRANDÃO, L. A. **Grafias da identidade:** literatura contemporânea e imaginário nacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Rituais do discurso crítico.** São Paulo: Memorial da América Latina, 2005b.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CULLER, J. **Sobre a desconstrução:** teoria e crítica do pós-estruturalismo. Tradução de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DIXON, P. Penas de águia: Machado nos Estados Unidos. **Colóquio/Letras**, Lisboa, n.147/148, p.316-320, jan.-jun. 1998.

GUIMARÃES, H. de S. **Os leitores de Machado de Assis:** o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Nankin Editorial, 2004a.

\_\_\_\_\_. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2004, v.18, n.51, p.269-298, 2004b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200019&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2 out. 2005.

GUMBRECHT, H. U. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. In: \_\_\_\_\_. **Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica.** Organização de João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.137-151.

ISER, W. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético.** Tradução de J. Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **The range of interpretation.** New York: Columbia University Press, 2000.

JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária.** Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. (Série temas, v.36).

LIMA, L. C. **Limites da voz: Kafka.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LOPES, S. R. A paradoxalidade do ensino da literatura. In: \_\_\_\_\_. **Literatura, defesa do atrito.** Lisboa: Vendaval, 2003. p.115-133.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna.** Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 7.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

MACHADO, U. (Org.). **Machado de Assis: roteiro da consagração: crítica em vida do autor.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MACHADO, U. **Bibliografia machadiana 1959-2003.** São Paulo: EdUSP, 2005.

OLINTO, H. K. Notas sobre o leitor da academia. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.124, p.69-78, 1996.

RANCIÈRE, J. As novas razões da mentira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2004. Caderno mais!, p.3.

ROCHA, J. C. de C. A materialidade da teoria. In: GUMBRECHT, H. U. **Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica.** Organização de João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.7-22.

\_\_\_\_\_. Introdução: o que deseja um seminário: à roda de Machado de Assis. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). **À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica.** Chapecó: Argos, 2006. p.9-34.

SCHWARZ, R. Leituras em competição. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.75, p.61-79, jul. 2006.

STIERLE, K. Que significa a recepção dos textos ficcionais? In: LIMA, L. C. (Coord.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.119-171.

VATTIMO, G. A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.108, p.9-18, 1992.

